

PRÁTICAS SEMIÓTICAS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Semiotic practices in Knowledge Organization

Alexandre Robson Martines

Universidade Estadual Paulista, Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências
Marília, São Paulo, Brasil
alexandre.martines@unesp.br
<https://orcid.org/0000-0002-4524-0978> 

Etefania Cristina Pavarina

Universidade Estadual Paulista, Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências
Marília, São Paulo, Brasil
e.pavarina@unesp.br
<https://orcid.org/0000-0002-3626-5567> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: Observar os fundamentos da semiótica francesa, denominada de práticas semióticas, a fim de analisar suas propriedades teóricas para que se possa evidenciar as características da linguagem em sua aplicação como recurso construtor de significado e significação na intenção de evidenciar como as formas de vida promovem o ajustamento dos conceitos na análise de conduta inerente aos domínios de uso e produção.

Método: Metodologia de natureza qualitativa, do tipo exploratório, bibliográfica e interdisciplinar. Foram consultadas bases de dados como Brapci, Dialnet, Google Scholar, Scopus, além de livros especializados em práticas semióticas. Recuperaram-se trabalhos publicados em inglês, espanhol, francês e português.

Resultado: As práticas semióticas facilitam o processo de representação da informação, já que o cerne do processo são as formas de vida, por conseguinte a manifestação do *ethos* discursivo. Sendo assim, embora a escolha dos descritores e a elaboração dos objetos informacionais sejam de ordem da pragmática, o processo ganha orientações objetivas e permite o diálogo e a discussão sobre as diferentes possibilidades, trabalhando uma conexão interna da previsibilidade, como também das inovações.

Conclusões: Esta pesquisa propõem um modelo de tratamento baseado nas práticas semióticas, metodologia teórica da semiótica de linha francesa, que entende cada etapa simbólica como semióticas-objetos, com isso é capaz de demonstrar o significado inerente à imanência da expressão em cada uma dessas etapas, desse modo evidenciar que os domínios e seus discursos são reflexos das formas de vida, as quais são manifestadas por meio de *ethos* discursivo.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Documentária. Representação da informação. Semiótica francesa. Tratamento da informação. Práticas Semióticas.

ABSTRACT

Objective: To observe the fundamentals of French semiotics, known as semiotic practices, in order to analyze its theoretical properties so that the characteristics of language in its application as a resource for constructing meaning and signification can be highlighted, with the intention of demonstrating how life forms promote the adjustment of concepts in the analysis of conduct inherent to the domains of use and production.

Methods: This methodology is qualitative in nature, exploratory, bibliographic, and interdisciplinary. Databases such as Brapci, Dialnet, Google Scholar, and Scopus were consulted, in addition to books

specializing in semiotic practices. Works published in English, Spanish, French, and Portuguese were retrieved.

Results: Semiotic practices facilitate the process of representing representation, since the core of the process is life forms, and consequently the manifestation of discursive ethos. Therefore, although the choice of descriptors and the elaboration of informational objects are pragmatic in nature, the process gains objective orientations and allows for dialogue and discussion about different possibilities, working on an internal connection between predictability and innovation.

Conclusions: This research proposes a treatment model based on semiotic practices, a theoretical methodology of French semiotics, which understands each symbolic stage as semiotic objects. This allows for the demonstration of the inherent meaning of immanence in expression at each stage, thus highlighting that domains and their discourses are reflections of life forms, which are manifested through discursive ethos.

KEYWORDS: Documentary Analysis. Information Representation. French Semiotics. Information Processing. Semiotic Practices.

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento é fundamental para o desenvolvimento da humanidade: por um lado, há a capacidade cognitiva de transformar experiências em narrativas e, com isso, significar as coisas do mundo em dinâmicas capazes de estabelecer a interatividade com a realidade; por outro, desperta-se a necessidade de registro das ações humanas em documentos. Os documentos podem, na posterioridade, atuar como testemunhos discursivos das tomadas de decisões, das ações, das práticas, por conseguinte das técnicas, dos métodos, das características de conduta e de comportamento das formas de vida, assim desenvolvendo princípios teóricos, epistemológicos, os quais são fundamentados em recursos dinâmicos e complexos denominado conceitos.

O conhecimento é uma propriedade intangível em sua esfera cognitiva, decorrente de percepções e experiências frente à realidade. Desse modo, é possível assumir uma complexidade tangível, já que se manifesta em documentos, os quais efetivam o registro de ações que canalizam parte dos discursos que motivam, constroem, determinam e auferem as práticas que modelam a compreensão dos objetos, fenômenos, eventos e fatos.

Nesse aspecto, o conhecimento não deve ser visto como algo que surge na mente, tampouco como algo inato, mas, sim, como uma condição constituída pela fórmula informação-linguagem-cognição. Sendo assim, entende-se que a informação exerce um papel basilar na interação com o mundo, pois materializa a mensagem, além de potencializar as possibilidades de construção de sentido, além de ativar a percepção, a memória e conhecimentos cognitivamente passivos.

Desse modo, estabelecer técnicas, procedimentos e métodos para tratar a informação é necessário para estabilizar sua manifestação, o que permite a sistematização

de atividades que exploram a compreensão por meio da repetição e da generalidade, possibilitando o tratamento, a análise, o armazenamento, a representação e a indexação, a fim de fortificar as estratégias de recuperação, uso e difusão da informação. Ainda, com o desenvolvimento de tecnologias e teorias de diversas ordens, como filosofia, sociologia, psicologia, linguística e estatística, é possível ponderar sobre as motivações acerca da produção da informação frente a diversos cenários.

A Ciência da Informação surge como campo científico com a finalidade de tratar a informação como objeto científico e, assim, ao longo de sua história, desenvolvem-se diversas teorias, métodos, procedimentos, técnicas e estratégias que visam a reconhecer as ações, bem como os cenários e contextos de produção e de uso. Dessa maneira, a constituição de atividades e de produtos que envolvem a organização e a representação da informação está sempre no cerne dos estudos e pesquisas.

Por outro lado, em se tratando de atividades cognitivas, voltadas para considerações filosóficas, mentais, psicológicas e linguísticas, nos aspectos que envolvem os princípios da semântica, da pragmática e da semiótica, surge a organização do conhecimento, como área direcionada a tratar do conhecimento em sua base cognitiva e linguística, por isso o conceito *lhe* é um fundamento tão caro.

Com isso, a linguagem deve ser vista como fundamental nos processos de tratamento e representação do conhecimento, o qual deve ser compreendido como diferente dos processos de tratamento e representação da informação. De todo modo, a linguagem atua nas duas concepções; por conseguinte, deve ser compreendido que a linguagem assume aspectos diferentes em cada abordagem. Por isso, entende-se que a semiótica apresenta fundamentos que possibilitam evidenciar os atributos da linguagem que funcionam nas práticas da organização do conhecimento e nas práticas da organização da informação.

Dessa forma, é objetivo desta pesquisa observar os fundamentos da semiótica, a fim de analisar suas propriedades teóricas para que se possam evidenciar as características da linguagem em sua aplicação como recurso construtor de significado e significação, na intenção de evidenciar como as formas de vida promovem o ajustamento dos conceitos na análise de conduta inerente aos domínios de uso e produção.

Para tanto, aplicou-se uma metodologia de natureza qualitativa, do tipo exploratório, já que se destacam os fundamentos das teorias envolvidas, no caso da organização do conhecimento e da semiótica, além de evidenciar como seus fundamentos podem ser inter-relacionados. Portanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com caráter interdisciplinar.

Para a realização da coleta de dados, foram consultadas bases de dados como Google Scholar e Brapci, a fim de recuperar trabalhos específicos no cenário da Ciência da Informação, bem como Dialnet, cujo propósito é verificar e recuperar, de modo mais específico, o que pesquisadores ibéricos já trataram sobre a temática, além de livros especializados em práticas semióticas. Recuperaram-se trabalhos publicados em inglês, espanhol, francês e português, sem especificar datas, devido ao foco de pesquisa estar concentrado em questões temáticas. Assim, foram recuperados textos clássicos acerca do tema, bem como materiais que analisam seus aspectos na atualidade. Nessa abordagem, destacam-se Dahlberg (1993, 2006; 2014), Dodebei (2001), Hjørland (2008; 2016, 2017), Bräscher e Café (2010), para tratar de organização do conhecimento, e Fontanille (2005, 2008, 2015, 2016), Fiorin (2012) e Peirce (2017), para tratar das práticas semióticas.

Nessa perspectiva, foram analisados conceitos como organização do conhecimento, sistemas de organização do conhecimento, conceitos, organização da informação, tratamento informacional, objetos informacionais, sistemas informacionais, práticas semióticas, percurso gerativo da significação, plano da expressão, plano do conteúdo, níveis de pertinência, nível de imanência e formas de vida. Com isso, a análise se estabeleceu por meio da categorização e classificação dos conceitos, a fim de agrupá-los e correlacioná-los, visando à triangulação em busca de novas perspectivas de aplicabilidade. A interpretação é oriunda dessa inter-relação dos conceitos, a qual permitiu inferências fundamentais para a construção dos argumentos e dos resultados.

Frente a isso, espera-se que este estudo contribua para o avanço das discussões teóricas acerca da Organização do Conhecimento, além de possibilitar a reflexão sobre mecanismos de tratamento da informação, de seu sentido e significação e dos processos cognitivos que influem na constituição do conhecimento.

2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SOB A PERSPECTIVA DA SEMIÓTICA

O termo "Organização do Conhecimento" teve sua origem nas publicações iniciais do bibliotecário americano Henry Evelyn Bliss, notadamente em seus livros *The Organization of Knowledge and the System of the Sciences* e *The Organization of Knowledge in Libraries*, publicados em 1929 e 1933, respectivamente. Contudo, sua ampla difusão começou com o estabelecimento da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), cujo foco principal é oferecer apoio teórico e metodológico abrangente

em todas as facetas do trabalho relacionado à Organização do Conhecimento (Dahlberg, 2006).

Sales (2015) observa que as obras dos pesquisadores filiados à ISKO, especialmente durante os primeiros anos do século XXI, destacam uma perspectiva preponderante que caracteriza a Organização do Conhecimento como um processo operacional, centrado na investigação de conceitos e estruturas conceituais, formalizados em sistemas como classificações, tesauros e ontologias. Esse enfoque sugere uma estreita relação da Organização do Conhecimento com as práticas da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, especialmente com o tratamento temático da informação.

Entretanto, cabe salientar que diferentes perspectivas epistemológicas existem em relação à natureza da Organização do Conhecimento como campo de estudo, o que revela um campo em fase de consolidação, à procura de estabelecer suas bases conceituais e definir seus limites, fator que influencia principalmente na definição de seu objeto (Guimarães *et al.*, 2015). Algumas abordagens consideram a Organização do Conhecimento como um domínio autônomo (Dahlberg, 2006; 2014), enquanto outras a enquadram como pertencente à Ciência da Informação (Hjørland, 2008; 2016).

Independentemente da perspectiva adotada, a Organização do Conhecimento mantém conexões interdisciplinares com diversos campos científicos, beneficiando-se de contribuições teóricas e metodológicas de áreas como Informática, Documentação, Linguística, História da Ciência, Filosofia, Ciências Cognitivas (Barité, 2001), Sociologia, Estatística e Semiótica (Almeida, 2021a, 2021b). Nesse contexto, Hjørland (2008) destaca que a organização do conhecimento não se restringe apenas à Biblioteconomia e à Ciência da Informação, mas também incorpora insights provenientes de pesquisas em áreas como Linguística e Processamento de Linguagem Natural, Ciências da Computação, Teoria do Conhecimento e Teoria da Organização Social, entre outras. Essa interação entre disciplinas é facilitada pela natureza da organização do conhecimento, que busca estabelecer uma estrutura conceitual para uma variedade de práticas e atividades sociais, visando ao acesso e à disseminação do conhecimento na sociedade.

A concepção de Organização do Conhecimento (OC), conforme discutido por Hjørland (2008) sob a perspectiva da organização intelectual (cognitiva), envolve uma série de operações e processos realizados em contextos como bibliotecas, arquivos e museus. Ademais, a OC aborda o que Hjørland (2008) define como organização social do conhecimento, que compreende a estruturação das profissões e disciplinas, representando uma divisão social do trabalho mental. Essa organização social pode influenciar a

configuração de universidades e instituições relacionadas à pesquisa e ao ensino, tanto em termos de produção quanto de disseminação do conhecimento.

De acordo com Bräscher e Café (2010), a Organização do Conhecimento é direcionada para a formação de modelos de mundo que representam abstrações da realidade. Nesse contexto, ela aborda tanto a estruturação e a sistematização cognitiva do conhecimento, quanto a organização de elementos do pensamento, como conceitos, e a criação de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC).

Por sua vez, Bräscher e Café (2010) pontuam que a Organização do Conhecimento engloba uma variedade de componentes relacionados à produção e à apropriação do conhecimento. Isso inclui uma gama de processos, como a leitura documentária, a identificação e seleção de conceitos e a condensação, assim como diversos instrumentos, tais como esquemas de classificação, tesauros, listas de cabeçalhos de assunto, taxonomias, folksonomias e ontologias, entre outros. Além disso, os produtos resultantes desse processo, como notações, descritores, tags, entre outros, também são considerados elementos essenciais da Organização do Conhecimento.

Observa-se que, além das distinções teóricas concernentes à natureza científica da Organização do Conhecimento, especialmente em relação à Ciência da Informação, existe uma diferenciação entre os processos e produtos associados à OC. Em outras palavras, além da distinção entre organização social do conhecimento e a perspectiva da organização cognitiva, voltada para os processos biblioteconômicos e da Ciência da Informação, há uma falta de convergência nos processos descritos na literatura. Hjørland (2008; 2017) destaca que a sistematização e organização do conhecimento para recuperação da informação são realizadas por meio de atividades como classificação, indexação, descrição e catalogação, as quais envolvem a manipulação de objetos por parte dos sujeitos envolvidos nesses contextos.

Entretanto, para Bräscher e Café (2010), as atividades de organização do conhecimento envolvem elaborações e análises conceituais que representam um determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e de suas características, bem como das relações semânticas estabelecidas entre eles. Dessa forma, a linguagem desempenha um papel crucial no processo de tradução de conceitos de um documento em termos precisos para sua representação adequada em SOC's, como as ontologias, os tesauros, as taxonomias, os sistemas de classificação, os cabeçalhos de assunto, entre outros.

Sendo assim, a representação do conhecimento visa a capturar elementos informacionais das estruturas e dos processos mentais individuais, objetivando organizar o saber socializado. Isso implica na geração de conceitos a partir de enunciados sobre os seres percebidos, essenciais para a representação do conhecimento. O processo de produção de registros de conhecimento inclui a etapa de representação da coisa ou ser, resultando em um conhecimento sobre o objeto (Alvares, 2012).

Essa perspectiva coaduna com a de Dahlberg (1993), que fundamenta a Organização do Conhecimento na teoria do conceito, acrescentando que as unidades do conhecimento (conceitos) são compostas pela síntese das características necessárias que podem ser enunciadas sobre um referente, representada por significantes (termos, nomes e códigos). O elemento do conhecimento (característica), por sua vez, é um componente de uma unidade do conhecimento (conceito) estabelecido pelos enunciados verdadeiros acerca dos referentes. Dessa forma, a teoria do conceito proposta por Dahlberg investiga as relações entre objetos e sua classificação, oferecendo um método para analisar e organizar conceitos dentro de um SOC.

Assim, quando se aborda a representação de conceitos, é fundamental destacar a questão da linguagem, pois, conforme apontado por Mai (2001), a essência da Organização do Conhecimento está intrinsecamente ligada à relação entre linguagem e significado. Astaneh (2023) ressalta que a representação do conhecimento no âmbito linguístico deve abranger elementos de significado e conceito. Segundo a autora, a linguagem desempenha um papel crucial, uma vez que

“[...] qualquer interpretação da linguagem pode influenciar o significado e o conceito a ela associados. De fato, a linguagem constitui o componente mais significativo da representação do conhecimento [...], uma vez que o conhecimento é expresso por meio de conceitos, os quais criam significados” (Astaneh, 2023, p. 481, tradução nossa).

Nesse contexto, a semiótica pode fornecer modelos conceituais que, por um lado, oferecem uma estrutura para organizar e examinar os procedimentos associados à Organização do Conhecimento e, por outro lado, podem elucidar o aspecto representacional dos elementos linguísticos (significado e conceito) ao longo de todo o processo de organização do conhecimento.

Considerando que o conceito resulta da agregação de seus predicativos e de suas relações semânticas (Dahlberg, 1978; Hjørland, 2009), é relevante explorar como esse fenômeno interage com as teorias da Semiótica, especialmente no contexto da renovação

da significação do signo diante da semiose, buscando conectar as propriedades do conceito com os signos.

Huang (2006) investiga a inter-relação entre representação, semiótica e teoria do conceito, argumentando que tanto a Ciência da Informação quanto a Semiótica se preocupam com a maneira como os indivíduos estabelecem conexões entre representação e significado. De maneira semelhante, Friedman e Thellefsen (2011) propõem que a teoria semiótica e a teoria do conceito de Dahlberg oferecem perspectivas complementares sobre a representação do conhecimento, especialmente em relação aos conceitos e entidades presentes no conhecimento organizado. Nesse sentido, enfatizam a importância dessas teorias para a compreensão da representação do conhecimento no contexto mais amplo da Organização do Conhecimento, destacando o valor da combinação dos termos "representação do conhecimento", "teoria semiótica" e "teoria do conceito" no campo, o que propicia uma viabilidade de alcançar uma compreensão mais aprofundada da representação do conhecimento.

Moradi e Sharifabadi (2018) observam que a relação entre a Organização do Conhecimento e a Semiótica é de suma importância para a compreensão dos SOC's, os quais empregam elementos como palavras, termos, conceitos, categorias ou signos para estruturar e classificar o conhecimento. Cada um desses elementos carrega consigo um significado formal que estabelece sua relação com outros signos.

Segundo a perspectiva da semiótica, o primeiro nível de organização do conhecimento envolve a disposição dos conceitos, palavras e signos em uma estrutura que possibilite a análise e determinação das relações entre eles. Surge, portanto, a questão sobre qual estrutura deve ser adotada para inter-relacionar os conceitos. Para tal, é imprescindível dispor de informações e conhecimentos que delineiam a relação do tempo verbal com a língua oficial e a apliquem na estrutura sintática.

A língua oficial é concebida como um conjunto de símbolos e regras presentes em um sistema linguístico específico. A definição dos signos, como mencionado, representa apenas o nível básico dessa relação. A organização dos símbolos deve evidenciar os significantes, ou seja, a relação entre o significante (a forma perceptível do signo) e o significado (a ideia ou conceito representado pelo signo). Por meio dessa relação, torna-se possível compreender o significado desejado em uma área de assunto específica (Moradi; Sharifabadi, 2018).

Dada a destacada relevância da semiótica na organização do conhecimento, observa-se que uma considerável parcela da pesquisa científica se concentra em

estabelecer conexões entre a Organização do Conhecimento, os Sistemas de Organização do Conhecimento e teorias semióticas tradicionais, como as de Peirce e a semiologia de Saussure (Mai, 2001; Huang, 2006; Friedman; Thellefsen 2011; Astaneh 2023). No entanto, diante das significativas contribuições advindas das semióticas contemporâneas para a explicação dos processos de significação e semiose em contextos culturais e sociais, torna-se imperativo realizar estudos mais amplos no campo da Ciência da Informação, como ressaltado por Almeida (2021a) e, de maneira mais específica, na Organização do Conhecimento, conforme evidenciado por Pavarina, Martines e Almeida (2023). Nesse contexto, a próxima seção aborda uma perspectiva semiótica cujo potencial ainda necessita ser explorado por este campo, a saber, a semiótica prática de Fontanille.

3 PRÁTICAS SEMIÓTICAS

As atividades humanas são constituídas de simbologia, por isso evidenciam-se práticas que fundamentam a realização de ações, as quais atingem aspectos de generalidade e, por isso, podem ser processados os sentidos e as significações manifestadas e manifestantes durante o processo. Somado a isso, a cognição humana se caracteriza pela construção de conceitos, os quais podem nomear objetos, fenômenos, eventos e fatos, mas também podem simular a realidade, já que contém, em sua constituição ontológica e teleológica, os fundamentos que circundam a existência das coisas do mundo. Sendo assim, a cognição modela o mundo por meio dos objetos e os insere em cenas práticas.

Desse modo, a linguagem é recurso fundamental para materializar a informação, assim evidenciando a construção de sentido e a constituição da significação, a qual é importante para a ampliação da experiência, permitindo a associação e a acomodação inerente à aprendizagem e à construção do conhecimento. Com isso, ressalta-se que a linguagem é modeladora dessa significação, portanto a semiótica assume papel cabal, já que se trata da ciência que estuda o signo e a significação.

A linguagem natural atua frente à realidade em duas linhas distintas, porém se completam para exercer a representação e a mediação da realidade. Pode-se apontar que a linguagem apresenta fundamentos de evidência das relações fenomenológicas, assim, de ordem lógica, que consiste na correlação linguagem e objetos da realidade na busca de aproximar os sentidos e como estes afetam a mente no processo cognitivo a fim de estabilizar a concepção sobre eles (Peirce, 2017).

Por outro lado, a partir da generalidade dos sentidos, sendo absorvidos pelo significado, o que leva a concepção dicionarizada e a padronização conceitual, esses elementos ganham novas dimensões de significação por meio do ato de discurso (Fiorin, 2012). Com isso, o processo de construção de sentido se renova, e a significação se constrói em decorrência de um conjunto de fatores da semântica, da pragmática e da semiótica.

De todo modo, é importante compreender que as interações humanas se estabelecem conforme a discursividade construída em atos de enunciação e regras efetivadas pela língua, conseqüentemente, pelas ações de comunicação (Fiorin, 2012). Nessa linha, a busca por modelos de validação da veracidade da informação construída efetiva-se pelo confronto entre a linguagem discursivizada e a linguagem lógica, assim permitindo o autoajustamento e a evolução da experiência junto à realidade, o que configura a atualização da semiose, por conseguinte do hábito mental (Peirce, 2017).

Frente a isso, este trabalho visa analisar os fatores de construção da simbologia, ou melhor, da semiosfera que fundamenta a relação prática com o objeto por meio das possibilidades de uso e de atuação, o que confere aos usuários a constituição de *ethos* responsáveis pela formatação das formas de vida, permitindo a análise da conduta e dos comportamentos que são manifestantes na construção do conteúdo discursivizado. Nessa perspectiva, justifica-se a aplicação das práticas semióticas, desenvolvidas por Jacques Fontanille (2008). Portanto, trata-se de refletir sobre a significação e como ela se constrói a partir de um percurso gerativo.

Como ponto de partida, é válido destacar que Fontanille (2008) evidencia a diferença entre o plano da expressão e o plano do conteúdo, posição que trata esses elementos como funtivos diferentes, por isso apresentam concepções diferentes de sentido, como já destacava Hjelmslev (2013). Sendo assim, o plano da expressão manifesta um sentido decorrente da imanência dos elementos sgnicos que o compõem. Desse modo, o percurso gerativo é uma espécie de trajetória do sentido para que a expressão manifeste sua significação e, assim, o plano do conteúdo possa ser acessado (Fontanille, 2008), já que a mente necessita de um conjunto de informações para ativar a experiência e o conhecimento adquirido para efetuar a cognição (Lakoff, 1998; Searle, 2002).

As práticas semióticas de Fontanille (2008) inserem-se em uma linha da semiótica francesa, decorrente dos trabalhos da semiótica do discurso, desenvolvidos por A. J. Greimas. Dessa forma, Fontanille (2008) justifica que o percurso gerativo da expressão se constitui pelo plano da imanência e pelo plano da pertinência.

O plano da expressão evidencia a configuração das semióticas-objeto, ou seja, o material por onde o sentido se manifesta e como ocupa lugar na semiosfera, ou seja, trata-se de “[...] definir formas de organizações sociais ou culturais (digamos, em geral, coletivas) suscetíveis de fazer sentido ou, pelo menos, de concorrer a proporcionar sentido ao mundo que habitamos e com o qual interagimos” (Fontanille, 2015, pos. 243, tradução nossa). Assim, cada plano de pertinência é visto como uma semiótica-objeto, pois a junção destas permite a semiose (Fontanille, 2015).

Já o plano do conteúdo é oriundo de uma análise, a qual

“[...] tem a ver com o processo, e deve estar atento para separar primeiro expressão e conteúdo para efetuar depois as divisões necessárias e encontrar as dependências e oposições pertinentes em cada um dos planos” (Fontanille, 2015, pos. 5360, tradução nossa).

Além disso, a análise “[...] deve mostrar o isomorfismo dos planos para que uma semiose possa ser considerada e posta em conta” (Fontanille, 2015, pos. 5360, tradução nossa). A semiose, para Fontanille (2015), portanto, é “[...] a operação pela qual um plano da expressão é definido para entrar em correlação com o plano do conteúdo. A semiose determina a distinção e a reunião dos planos [...]” (Fontanille, 2015, pos. 5462, tradução nossa).

Dito isto, “o princípio de persistência atua especialmente nas formas de existências sociais”, assim “[...] para existir socialmente, é necessário persistir, os hiatos do curso de existência devem ser reabsorvidos [...]” (Fontanille, 2015, pos. 5360, tradução nossa), o que leva a destacar que o plano de imanência se trata “[...] do princípio que permite definir o campo de dependência das que deve dar conta a análise semiótica” (Fontanille, 2015, pos. 5360, tradução nossa). Isso indica que “esse campo é limitado, pois somente admite dependências homogêneas [...]” (Fontanille, 2015, pos. 5360, tradução nossa). Desse modo, frente a uma análise que retoma várias semióticas-objeto, se faz necessário a aplicação de vários planos de imanência.

Os níveis de pertinência, por sua vez, caracterizam-se como o eixo central do percurso gerativo da significação, e sua acomodação, nesse percurso, constitui-se por uma ordem hierarquizada. Dessa maneira, parte-se da concepção de existência semiótica, uma vez que o plano existencial efetiva a modelização dos objetos semióticos, o que permite alcançar o plano do conteúdo das significações. Para tanto, é necessário viabilizar a articulação desses níveis em “[...] estruturas actanciais e narrativas, estruturas modais, temáticas, figurativas etc.” (Fontanille, 2005, p. 15).

A semiótica explora a experiência sensível para tratar da expressão e como se revela nos níveis de pertinência, por isso o papel do plano de imanência é fundamental para recuperar o sentido manifestante. Os níveis são organizados em seis: a) signos e figuras; b) textos-enunciados; c) objetos; d) cenas práticas; e) estratégias; f) formas de vida.

Desse modo, as unidades mínimas – signos e figuras – estabelecem-se como “[...] os formantes e os traços distintivos”, ou seja, “o conjunto significativo” (Fontanille, 2016, p. 503, tradução nossa), em um primeiro nível; já o segundo nível se caracteriza como texto-enunciado, “[...] cujos elementos constitutivos são as figuras e as configurações” (Fontanille, 2016, pos. 503, tradução nossa). O texto-enunciado se configura como uma rede de isotopias, as quais garantem uma extensão de significação. Logo, um texto-enunciado “[...] é um grupo de figuras semióticas organizadas em conjunto homogêneo graças à sua disposição sobre um mesmo suporte ou veículo” (Fontanille, 2016, pos. 503, tradução nossa).

Somado a isso, os objetos “[...] são estruturas materiais tridimensionais, dotadas de uma morfologia, de uma funcionalidade e de uma forma exterior identificável, cujo conjunto está destinado a um uso ou a uma prática mais ou menos especializada” (Fontanille, 2016, pos. 528, tradução nossa). Por sua vez, as práticas “[...] se caracterizam principalmente por seu caráter de processo aberto, circunscrito em uma cena” (Fontanille, 2016, pos. 528, tradução nossa).

Ainda, o nível das estratégias pressupõe “[...] que a situação semiótica é mais ou menos previsível ou mesmo programável e que geralmente cada cena predicativa deve se ajustar no espaço e no tempo a outras cenas práticas”. Ademais, esse nível “[...] reúne práticas para fazer delas conjuntos significativos novos, mais ou menos previsíveis [...] através da programação de percursos e de suas intersecções, ou de ajustamento em tempo real” (Fontanille, 2005, p. 26-27).

Por fim, quanto às formas de vida, é importante destacar a dinâmica dos outros níveis: “[...] signos e figuras, textos e imagens, e, sobretudo, várias categorias de objetos, por sua vez hierarquizados” (Fontanille, 2016, pos. 744, tradução nossa). Nessa linha, é importante evidenciar que cada um corresponde a “[...] uma cena predicativa típica, dotada de processos específicos (informar, orientar, prescrever, proibir, seduzir, persuadir etc.) e cada um se remete a uma prática identificável” (Fontanille, 2016, pos. 744, tradução nossa).

Frente a isso, evidencia-se que as práticas semióticas constituem um percurso coeso, o qual evidencia os elementos que efetivam o plano da expressão, seus sentidos imanentes e a maneira como a junção e a evolução desses sentidos, percorridos pelos

níveis de pertinência, efetivam o acesso à significação manifestada. Esta, por sua vez, constitui-se em uma práxis enunciativa que evidencia o conjunto de elementos da expressão para sistematizar uma práxis discursiva, em que a aspectualização das figuras e dos temas efetiva o acesso ao conteúdo.

Nessa perspectiva, observa-se que o acesso ao conteúdo é uma prática inerente à semiótica, pois exige um processo cognitivo, que efetiva a semiose, ou seja, diferentes tipos de experiências com o signo, com o texto, com o objeto, com as cenas em que esse objeto é articulado, com as estratégias de sentido e de significação e com as formas de vida que atuam em uma semiosfera.

Sendo assim, é preciso entender que o enunciado é apenas uma etapa da prática semiótica e tê-lo como fundamento do significado gera inconsistências, visto que permite acesso apenas ao que é imanente à expressão. Desse modo, a aplicabilidade de figuras e de temas à semiosfera permite a discursividade, logo os sentidos discursivos são decorrentes das marcas de significação das formas de vida.

4 AS PRÁTICAS SEMIÓTICAS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Na perspectiva da Organização do Conhecimento, os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) são instrumentos fundamentais para a organização e representação do conhecimento registrado. Segundo Moraes e Moreira (2018, p. 973), os SOCs são descritos como “[...] ferramentas de análise de determinados conceitos e documentos registrados e suas relações em um domínio de conhecimento”. Os autores observam que os SOCs, especificamente, são utilizados para estruturar e recuperar esse conhecimento e oferecem suporte ao se ajustarem aos termos, levando em consideração suas semelhanças e diferenças.

Lara (2004) complementa essa visão ao destacar que, como ferramenta, sistematizadas sob a base dos SOCs, as linguagens documentárias constituem um conjunto de diferentes tipos de instrumentos especializados no tratamento da informação, como sistemas de classificação enciclopédica ou facetada e tesouros. Dessa forma, as linguagens documentárias visam a organizar e a facilitar o acesso à informação, proporcionando uma linguagem construída especificamente para a transferência e recuperação efetiva de informações.

Ademais, Lara (2004) argumenta que o padrão das linguagens documentárias é normalmente elaborado a partir da representação dos documentos. Essa abordagem

permite que a materialização de diferentes linguagens documentárias favoreça uma representação documentária abrangente, essencial para a sistematização do conhecimento em diversos contextos.

Nesse sentido, Dodebei (2001) caracteriza as linguagens documentárias como meta-representações ou representações documentárias, situando-as dentro de uma escala de complexidade das representações sociais, ao lado de outros modos de representação do conhecimento.

As operações realizadas nos documentos para torná-los acessíveis aos usuários podem ser analisadas sob dois aspectos distintos: o primeiro refere-se aos processos envolvidos na transformação do documento em um item documentário, que pode ser recuperado da memória documentária; o segundo diz respeito aos produtos gerados por esses processos, que incluem tanto aqueles criados, quanto aqueles que visam a melhorar a comunicação entre o usuário e o documento (Dodebei, 2001).

O conjunto de processos envolvidos na representação de um documento para posterior recuperação corresponde à análise documentária, definida como o “conjunto de procedimentos efetuados com o fim de expressar o conteúdo de documentos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação” (Cunha, 1987, p. 39).

Essa análise caracteriza-se, sobretudo, por um conjunto de estratégias e esquemas que englobam operações semânticas, cognitivas, metacognitivas e competências linguístico-semióticas, aplicadas em todas as etapas do processo. Inicia-se com a leitura técnica, passa pela identificação e pela seleção dos conceitos relevantes e culmina na representação, etapa em que se realiza a condensação documentária e a tradução da linguagem natural para uma linguagem controlada, conforme o sistema de informação adotado.

Desde as contribuições pioneiras de Jean-Claude Gardin, a análise documentária tem sido reconhecida como um processo que integra a aplicação de operações lógicas e linguísticas para a identificação, extração e representação do conteúdo temático (Smit; Guimarães, 2022). Nesse contexto, a leitura documentária emerge como a atividade central da análise documentária (Rubi, 2017), sendo essencial para a identificação e seleção dos conceitos que representarão o conteúdo temático de um documento. Essa leitura não se limita à apreensão superficial do texto, mas envolve práticas semióticas e cognitivas que permitem a compreensão e a extração do significado.

A norma ISO 5963-1985 estabelece diretrizes para a leitura técnica, indicando que o profissional deve focar em elementos como título, resumo, lista de conteúdos, introdução,

frases de abertura de capítulos e parágrafos, conclusão, além de ilustrações, diagramas, tabelas e suas legendas. Esses elementos fornecem pistas essenciais para a compreensão do conteúdo e a identificação dos conceitos mais relevantes.

No entanto, além desses aspectos formais, a leitura documentária é influenciada por fatores que transcendem o documento em si, incluindo aspectos linguísticos, psicológicos e sociológicos, que interferem na apreensão e na interpretação do texto. Fujita, Nardi e Santos (1998) destacam a interação entre leitor e texto como um processo dinâmico, mediado por estratégias e esquemas cognitivos. Esses esquemas englobam o conhecimento do vocabulário, da estrutura textual, do assunto tratado e até mesmo das experiências individuais do leitor. Essa perspectiva ressalta que a leitura não é uma atividade neutra, mas sim uma construção ativa, na qual o profissional da informação utiliza seus conhecimentos prévios e sua vivência para interpretar e extrair o conteúdo temático.

Após a leitura técnica, a identificação dos conceitos é realizada por meio do "esquadrinhamento do documento", ao utilizar categorias conceituais que consideram a estrutura e a função do documento (Guimarães, 1994). Nessa etapa, os conceitos mais significativos são identificados e categorizados em níveis de importância: principais, secundários e periféricos (Guimarães, 2003; Sabbag, 2013). A seleção e ordenação lógica desses conceitos são guiadas pelos usos e pelas funções do documento, bem como pelos tipos de buscas informacionais que ele pode atender. Essa categorização é fundamental para a construção de enunciados de assunto que representem, de forma precisa, o conteúdo temático.

A condensação consiste na redução do documento original por meio de resumos, enquanto a representação envolve a tradução do conteúdo temático da linguagem natural para uma linguagem controlada, como a linguagem de indexação. Essa etapa é crucial para a construção de índices que facilitem a recuperação da informação (Sabbag, 2013). Assim, a representação documentária não é uma mera transcrição, mas uma reconstrução semiótica do conteúdo, que exige competências linguísticas e cognitivas avançadas. A tradução para uma linguagem controlada permite que o documento seja recuperado de forma eficiente, atendendo às necessidades informacionais dos usuários.

Frente a esse conjunto de recursos aplicados à execução dos procedimentos de organização do conhecimento que visam à representação da informação, é válido destacar que há ações simbólicas que permeiam a prática. Nesse sentido, as práticas semióticas podem colaborar para a sistematização da significação presente em todos os processos.

Como já mencionado, as práticas semióticas se constituem de forma decorrente de um percurso gerativo da significação, concentrado em analisar a atuação do plano da expressão a fim de constituir fundamentos simbólicos para alcançar o conteúdo. Desse modo, destaca-se que as formas manifestantes no plano da expressão efetivam um conteúdo imanente, ou seja, um valor semântico pertinente à própria existência da forma e à maneira como ela atua na construção social, cultural, histórica e científica de uma sociedade. Com isso, entende-se que o primeiro recurso das práticas a se destacar são os níveis de imanência, pois apresentam a capacidade de reconhecer todas as formas que se apresentam em uma esfera e como se comportam, se conectam e se transformam em questões de sentido e significação.

Dito isto, aplica-se o segundo recurso das práticas semióticas: níveis de pertinência. Cada nível de pertinência é composto por sua própria estruturação de níveis de imanência. Assim, ao buscar aplicar as práticas semióticas nos processos de representação da informação, pode-se afirmar que três níveis conduzem os trabalhos de interpretação: as formas de vida, devido à configuração do *ethos* discursivo e à caracterização do simbólico que efetiva condutas, podem ser associadas aos domínios; os signos e as figuras, devido à sua função primeira de concentração semântica, são associados às linguagens documentárias; já o documento, devido à sua materialidade e à sua atuação como gênero textual, é associado à compreensão de objeto nas práticas semióticas.

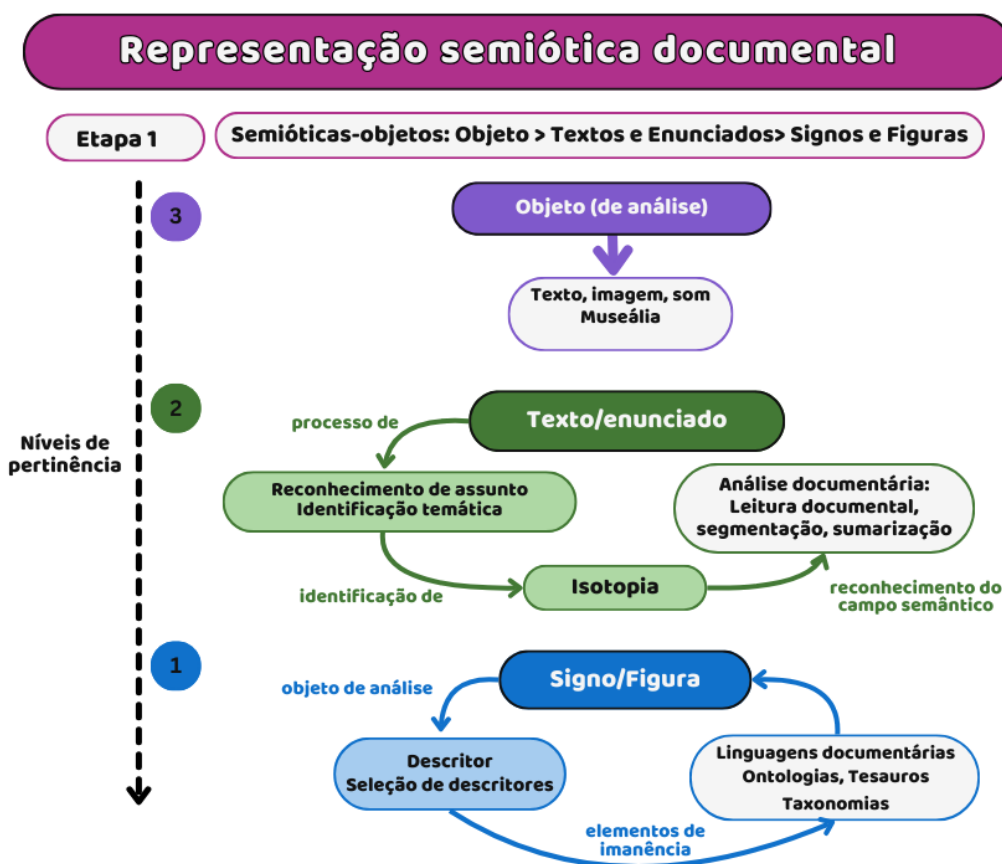
Estabelecidos esses pressupostos, ao aplicar as práticas semióticas para conduzir os procedimentos de representação da informação, obter-se-ia a seguinte sistematização: a atividade deve se iniciar pelo terceiro nível de pertinência: o objeto. Assim, aplicando-se o nível de imanência correlato, efetua-se o reconhecimento do documento, evidenciando, em sua estrutura, a presença de imagens, gráficos, tabelas etc. No primeiro momento, a escala semiótica será de ordem decrescente; portanto, partindo-se do objeto, deve-se encaminhar para o segundo nível de pertinência: textos e enunciados.

Nesse segundo nível de pertinência, deve-se reconhecer todo o nível de imanência, assim evidenciando a situação discursiva, a intencionalidade do autor, a força ilocucionária na constituição dos argumentos e identificar a isotopia, que permitirá identificar a aspectualização temática ou figurativa. Dessa forma, há um ganho semântico-pragmático, pois além de evidenciar a tematicidade do documento, também será possível identificar marcas discursivas que possibilitam a conexão com outros discursos. Dito isso, a isotopia permitirá o reconhecimento do campo semântico estabelecido no texto, como também a identificação de aspectos que compõem a rede semântica.

Realizado esse processo, é possível direcionar-se para o primeiro nível de pertinência: signos e figuras. Nesse aspecto, devido ao tratamento realizado com base na isotopia, os principais conceitos serão destacados, assim possibilitando que os signos, como unidades condensadas e concentradas, atuem como catálise. Por conseguinte, a seleção de roteiros de interação com o documento, razão pela qual esse processo é fundamentado na pragmática, permite a correlação entre conceitos e descritores.

Esse primeiro momento envolve um procedimento semiótico de evolução decrescente entre os níveis de pertinência, conforme apresentado na Figura 1. Após sua realização, é possível efetuar uma instrumentalização de verificação associando-se à organização do conhecimento, a legitimação discursiva, a configuração dos usos e a inserção de interdiscursos.

Figura 1 - Primeira etapa das práticas semióticas na representação documental



Fonte: elaborado pelos autores.

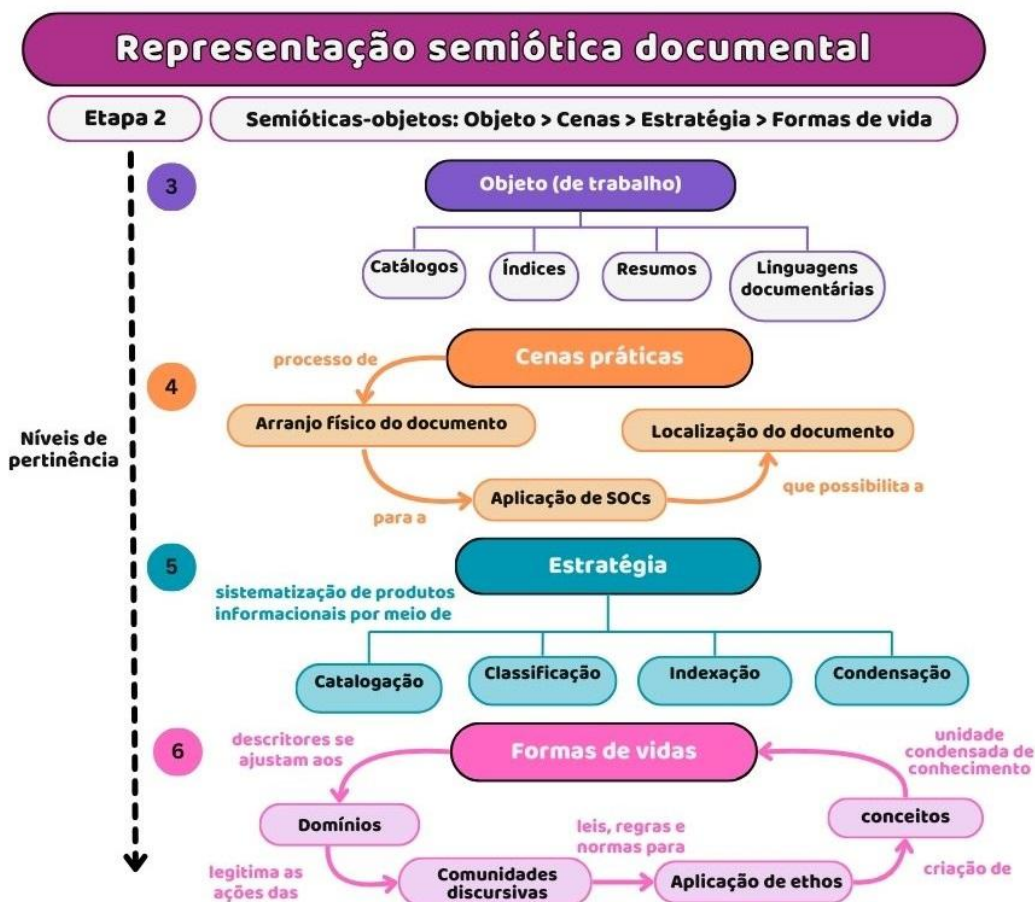
Após essa primeira ação semiótica, volta-se ao nível de pertinência do objeto; em seguida, aplica-se o quarto nível de pertinência: as cenas práticas. Essa abordagem é um ganho, pois permite a inquirição e a confirmação sobre as escolhas dos descritores e sobre

os procedimentos aplicados à elaboração dos objetos informacionais, já que permite antever as práticas dos usuários e seu comportamento diante dos sistemas informacionais.

Importante destacar que nesse segundo momento, os níveis de pertinência seguem em movimento crescente. Diante disso, após reconhecer a imanência manifestante nas cenas práticas, é possível se direcionar para o quinto nível de pertinência: as estratégias. Esse nível permite a inserção das políticas e das normas frente à sistematização dos produtos informacionais, assim correlacionando as práticas do tratamento e da representação com a elaboração dos objetos informacionais, auferindo o cuidado com o seu conteúdo e avaliando as estratégias de exaustão e revocação, por exemplo.

Por fim, ascendendo ao sexto e último nível de pertinência, as formas de vida, verifica-se que os descritores selecionados efetivam um jogo de linguagem que se ajusta aos domínios correlatos e legitima as ações técnica-científicas das comunidades envolvidas e afins. Essas ações foram sintetizadas na Figura 2.

Figura 2 - Segunda etapa das práticas semióticas na representação documental



Fonte: elaborado pelos autores.

Frente a esse esquema, reconhece-se que o conceito, como unidade de conhecimento condensado, reflete as formas de vida de sua constituição cognitiva, efetivando, por meio do *ethos* discursivo, a configuração da linguagem documentária. Portanto, o conceito e a linguagem documentária são semióticas-objeto alinhavadas à organização do conhecimento. Como contraparte da linguagem documentária, surgem os descritores, os quais, semioticamente, não devem ser confundidos, tampouco tratados como sinônimos de linguagem documentária, visto que a linguagem documentária condensa em si fatores cognitivos previamente tratados. Os descritores, por sua vez, exercem a função de índice no processo de comunicação, isto é, recuperam a informação, caso o processo cognitivo já tenha ocorrido, pois se trata de experiência realizada.

Desse modo, a linguagem documentária evidencia as formas de vida, condensa o *ethos* discursivo e canaliza as cenas práticas. Já o descritor é recurso de interação, viabiliza a representação da informação e atua como estratégia de navegação entre objetos e sistemas informacionais. O descritor é uma face semiótica que não está discursivizado no fluxo informacional, pois sua atuação está ancorada no plano da expressão. Por sua vez, a linguagem documentária é o caminho, pois carrega em si os estágios dos níveis de pertinência, portanto carrega em si diversos níveis de imanência para realizar o próprio percurso gerativo da significação.

Em suma, as práticas semióticas facilitam o processo de representação da informação, já que o cerne do processo são as formas de vida, por conseguinte a manifestação do *ethos* discursivo. Sendo assim, embora a escolha dos descritores e a elaboração dos objetos informacionais sejam de ordem da pragmática, razão pela qual são previstas as divergências na representação, o processo ganha orientações objetivas e permite o diálogo e a discussão sobre as diferentes possibilidades, trabalhando uma conexão interna tanto da previsibilidade quanto das inovações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento construído pela humanidade ao longo dos séculos se manifesta em documentos e, por conseguinte, reaviva discursos, práticas, cenas, estratégias e condutas, assim efetivando a compreensão humana sobre suas práticas e sobre as ações de seus ancestrais da configuração da semiosfera.

A Organização do Conhecimento, como parte integrante da Ciência da Informação, assume, em muitos aspectos, a responsabilidade pela sistematização do conhecimento,

seja como recurso de materialização em produtos, seja buscando entender e demonstrar como o conhecimento ganha força e forma na experiência e se manifesta entre seus usuários. Portanto, faz-se uso de aspectos semânticos, da pragmática e da semiótica para orientar, sistematizar e direcionar as correlações.

A linguagem, dessa forma, assume um lugar privilegiado, pois é ela que permite a manifestação de sentido e de significação da informação nos ambientes de construção social, consequentemente afetando a mente e articulando procedimentos de cognição, fatores tão importantes para efetivar a semiose.

Assim, esta pesquisa recuperou diversos fundamentos teóricos, metodológicos e epistemológicos acerca do papel que assume a Organização do Conhecimento frente ao seu trabalho com a representação do conhecimento e com o tratamento da informação. Diante disso, ficou evidente que há desafios no processo de representação de um documento, devido às possibilidades discursivas e aspectos cognitivo-pragmáticos inseridos nas práticas de tratamento, análise e recuperação da informação.

Frente a isso, esta pesquisa propõe um modelo de tratamento baseado nas práticas semióticas, metodologia teórica da semiótica de linha francesa, que entende cada etapa simbólica como semióticas-objeto. Com isso, é capaz de demonstrar o significado inerente à imanência da expressão em cada uma dessas etapas, evidenciando, desse modo, que os domínios e seus discursos são reflexos das formas de vida, as quais são manifestadas por meio de *ethos*.

Ao enxergar cada etapa do tratamento informacional como uma semiótica-objeto, é possível antever seus aspectos imanentes e promover estratégias para recuperar os objetos e as cenas práticas que configuram a constituição de conceitos, como unidades condensadas de conhecimento. Nessa perspectiva, a aplicação de descritores explana uma dimensão social plural, em que a diversidade e a representabilidade ganham destaque, pois são símbolos inerentes a uma semiosfera.

Em suma, a semiótica oferece ferramentas teórico-metodológicas para tratar o sentido manifestante no plano da expressão e, assim, explorar a significação que se consolida, por meio da semiose, no plano do conteúdo. Dessa forma, permite que o processo de tratamento do documento recupere diversos discursos na contemplação da interdiscursividade, possibilitando a elaboração de objetos informacionais e práticas de representação mais complexas e precisas, sem perder a dinamicidade do trabalho de análise das informações nos documentos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. C. Epistemologia da organização do conhecimento: um novo velho paradigma. In: SILVA, C. G.; REVEZ, J.; CORUJO, L. (coord.). **Organização do Conhecimento no horizonte 2030: desenvolvimento sustentável e saúde: atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal**. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos: Colibri, 2021a, p. 663-680. Disponível em: <https://doi.org/10.51427/10451/50067>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- ALMEIDA, C. C. Semiótica documental e Ciência da Informação: revisando a questão. In: COLMENERO-RUIZ, M. J.; SIMEÃO, E.; PASSARELLI, B.; PALETTA, F. C. (coord.). **Pesquisa em gestão e organização da informação: panorama hispano-brasileira**. São Paulo: ECA-USP, p. 83-98, 2021b.
- ALVARES, L. (org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012.
- ASTANEH, M. F. Representationalism in Knowledge Organization and Information Retrieval: cheer or criticism? **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 50, n. 7, p. 475–488, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2023-7-475>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, 13 nov. 2024. 13 nov. 2024.K. (org.). **Educação, Universidade e Pesquisa**. Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2001.85-86738-16-6>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: LARA, M. L. G.; SMIT, J. (org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: ECA/USP, 2010. p. 87-103. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002284498>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- CUNHA, I. M. R. F. Análise documentária. In: SMIT, J. W. (coord.). **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987. p. 37–60.
- DAHLBERG, I. Brief Communication: what is Knowledge Organization? **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 85-91, 2014. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/de/10.5771/0943-7444-2014-1-85/what-is-knowledge-organization-jahrgang-41-2014-heft-1?page=1>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/de/10.5771/0943-7444-2006-1-11/knowledge-organization-a-new-science-jahrgang-33-2006-heft-1?page=1>. Acesso em: 15 set. 2024.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/de/10.5771/0943-7444-1993-4-211/knowledge-organization-its-scope-and-possibilities-jahrgang-20-1993-heft-4?page=1>. Acesso em: 20 set. 2024.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 6 maio 2024.

DODEBEI, V. L. D. **Tesauro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói; Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

FIORIN, J. L. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. (org.). **Texto ou Discurso?** São Paulo: Contexto, 2012. p. 145-165.

FONTANILLE, J. **Formas de vida**. Lima: Fondo Editorial, 2015.

FONTANILLE, J. Práticas semióticas: a imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: DINIZ, M. L. V. P.; PORTELA, J. C. (org.). **Semiótica e mídia**: textos, práticas, estratégias. Bauru: UNESP/FAAC, 2008. p. 15-74.

FONTANILLE, J. **Prácticas semióticas**. Lima: Fondo Editorial, 2016.

FONTANILLE, J. **Significação e visualidade**: exercícios práticos. Porto Alegre: Sulina, 2005.

FRIEDMAN, A.; THELLEFSEN, M. Concept theory and semiotics in Knowledge Organization. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 67, n. 4, p. 644-674, July 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00220411111145034>. Acesso em: 20 set. 2024.

FUJITA, M. S. L.; NARDI, M. I. A.; SANTOS, S. A leitura em análise documentária. **Transinformação**, Campinas, v. 10, n. 3, p. 13-31, set./dez. 1998. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/1556>. Acesso em: 13 nov. 2024.

GUIMARÃES, J. A. C. **Análise documentária em jurisprudência**: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GUIMARÃES, J. A. C. Análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100-117.

GUIMARÃES, J. A. C.; MATOS, D. F. O.; SANTOS, A. Y.; SALES, R. A dimensão conceitual da organização do conhecimento no universo científico da ISKO: uma análise de domínio a partir dos congressos da ISKO-Brasil, ISKO-Espanha, ISKO-América do Norte e ISKO-França. **Scire**: representación e organización del conocimiento, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 13-26, jul./dic. 2015. Disponível em: <https://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4245/3808>. Acesso em: 6 maio 2024.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HJØRLAND, B. Concept theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 60, n. 8, p. 1519-1536, aug. 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.21082>. Acesso em: 20 set. 2024.

HJØRLAND, B. Knowledge organization (KO). In: HJØRLAND, B.; GNOLI, C. (ed.) **Encyclopedia of knowledge organization**. [S. l.]: ISKO, 2017. Disponível em: http://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization. Acesso em: 20 set. 2024.

HJØRLAND, B. Knowledge organization. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 43, n. 6, p. 475-484, 2016. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/de/10.5771/0943-7444-2016-6-475/knowledge-organization-ko-jahrgang-43-2016-heft-6?page=1>. Acesso em: 13 set. 2024.

HJØRLAND, B. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 35, n. 2-3, p. 86-101, 2008. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/de/10.5771/0943-7444-2008-2-3-86/what-is-knowledge-organization-ko-jahrgang-35-2008-heft-2-3?page=1>. Acesso em: 16 set. 2024.

HUANG, S. C. A Semiotic View of Information: semiotics as a foundation of LIS Research in information behavior. **Proceedings of the American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 43, n. 1, p. 1-17, 2006. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/meet.1450430166>. Acesso em: 20 set. 2024.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

LARA, M. L. G. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, set./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6380>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MAI, J. Semiotics and indexing: an analysis of the subject indexing process. **Journal of Documentation**, [London], v. 57, n. 5, p. 591-622, sept. 2001. Disponível em: <https://www.emerald.com/jd/article/57/5/591/200924/Semiotics-and-indexing-an-analysis-of-the-subject>. Acesso em: 20 set. 2024.

MORADI, K.; SHARIFABADI, S. R. Semiotics and FRBR. **Journal of Studies in Library and Information Science**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 1-14, dec. 2018. Disponível em: https://slis.scu.ac.ir/article_13933.html?lang=en. Acesso em: 20 set. 2024.

MORAES, I. S.; MOREIRA, W. Os conceitos de sistemas de organização do conhecimento e linguagens documentárias: análise de domínio. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: ANCIB, 2018. p. 967-981. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1533. Acesso em: 30 set. 2024.

PAVARINA, E. C.; MARTINES, A. R.; ALMEIDA, C. C. Representação de artefatos culturais no âmbito do CIDOC CRM: a modelagem conceitual sob a perspectiva das práticas semióticas. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, Porto, série 3, n. 20, p. 45-64, 2023. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13591>. Acesso em: 22 out. 2024.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

RUBI, M. P. Estratégias de leitura documentária para indexação: um estudo de caso com o centro de informações nucleares (CIN). *In*: FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. B.; DAL'EVEDOVE, P. R. (org.). **Leitura Documentária: estudos avançados para a indexação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 69-92.

SABBAG, D. M. A. **Análise documental em textos narrativos de ficção**: subsídios para o processo de análise. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/a53b2467-947e-482b-958a-68057cc48d20/content>. Acesso em: 22 set. 2024.

SALES, R. A. Organização do Conhecimento na comunidade científica brasileira da Ciência da Informação: uma investigação no âmbito da ISKO-Brasil. *In*: CONGRESO ISKO ESPAÑA, 12.; CONGRESO ISKO ESPAÑA-PORTUGAL, 2., 2015, Murcia. **Anais** [...]. Murcia: Universidad de Murcia, 2015. Disponível em: https://iskoiberico.org/pt_pt/congresos/murcia-2015. Acesso em: 22 set. 2024.

SEARLE, J. R. **Intencionalidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SMIT, J. W.; GUIMARÃES, J. A. C. Os conceitos de análise e linguagem documentária na organização da informação: o legado de Jean-Claude Gardin. *In*: SOUZA, R. F.; SALES, L.; SALDANHA, G. S. (org.). **Epistemologia da Organização do Conhecimento**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 85-98. Disponível em: <https://omp-editora.prp.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/304>. Acesso em: 25 set. 2024.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. R. Martines; E. C. Pavarina
Coleta de dados: A. R. Martines; E. C. Pavarina
Análise de dados: A. R. Martines; E. C. Pavarina
Discussão dos resultados: A. R. Martines; E. C. Pavarina
Revisão e aprovação: A. R. Martines; E. C. Pavarina

PREPRINTS

O manuscrito não é um preprint.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.



CONFLITO DE INTERESSES

As pessoas autoras declaram não haver interesses conflitantes.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

Os dados foram publicados no próprio artigo

LICENÇA DE USO

As autorias cedem à Revista *Encontros Bibli* os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença [Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. As autorias têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade das pessoas autoras, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Genilson Geraldo, Camila de Azevedo Gibbon, Amabile Costa, Rafael Rodrigo do Carmo Batista, Marcela Reinhardt de Souza, Alicia Dill Loose.

HISTÓRICO

Recebido em: 15-02-2026

Aprovado em: 26-05-2026

Publicado em: 31-07-2026

Copyright (c) 2026 Berenice Rodrigues Ferreira, Milton Shintaku, Elder Lopes Barboza. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a Licença [Creative Commons Attribution \(CC BY 4.0\)](#), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria. Os artigos são de acesso aberto e uso gratuito.

